

Distrito de Évora com grandes disparidades no custo da água

Num ano caracterizado pela crise pandémica, a [6ª edição do Estudo Comparativo dos Tarifários de Abastecimento de Água de Portugal](#), realizado pela Associação Portuguesa de Famílias Numerosas (APFN), confirma que a discriminação no custo da água para as famílias de maiores dimensões se mantém, considerando o município em que se vive e também a dimensão familiar. No município de Montemor-o-Novo, por exemplo, uma família de 7 pessoas paga um total pela água (35,22€/mês) doze vezes mais do que uma pessoa sozinha (2,85€/mês), para o mesmo consumo por pessoa.

Relativamente ao município de residência, encontram-se também disparidades dentro do distrito de Évora em 2020. Uma pessoa paga 2,20€/mês se viver em Évora, enquanto se viver em Mourão essa mesma pessoa pagará 7,29€/mês

A tarifa fixa de abastecimento de água do distrito de Évora cifrou-se em 2,20€, abaixo dos 3,23€ da média nacional.

Em sentido inverso, no último ano, está a tarifa variável de abastecimento de água que registou uma média de 0,87€ por m³ consumido, valor acima do preço médio do país (0,81 € por cada m³ de água consumida).

Município	Tarifa Fixa (Preço por agregado €/mês)	Tarifa Variável			
		1 Pessoa (Preço por pessoa €/mês)	3 Pessoas (Preço por pessoa €/mês)	5 Pessoas (Preço por pessoa €/mês)	7 Pessoas (Preço por pessoa €/mês)
Alandroal	3,95 €	1,97 €	2,53 €	2,43 €	3,19 €
Arraiolos	1,83 €	1,46 €	2,02 €	2,58 €	3,22 €
Borba	3,90 €	1,76 €	2,36 €	2,45 €	2,39 €
Estremoz	1,65 €	1,26 €	1,74 €	2,27 €	2,91 €
Évora	0,61 €	1,59 €	2,44 €	3,00 €	3,53 €
Montemor-o-Novo	1,50 €	1,35 €	3,14 €	4,07 €	4,82 €
Mora	1,40 €	1,80 €	2,66 €	2,66 €	2,66 €
Mourão	4,70 €	2,59 €	3,64 €	3,67 €	3,58 €
Portel	1,71 €	1,87 €	2,53 €	2,56 €	2,67 €
Redondo	1,50 €	1,87 €	2,63 €	3,69 €	4,84 €
Reguengos de Monsaraz	3,60 €	1,58 €	2,59 €	2,42 €	2,19 €
Vendas Novas	0,77 €	2,39 €	2,97 €	3,30 €	3,62 €
Viana do Alentejo	1,95 €	2,00 €	2,62 €	2,64 €	2,79 €
Vila Viçosa	1,73 €	1,87 €	2,87 €	2,86 €	3,43 €

Município com tarifa familiar

Município com baixa justiça

Município com elevada justiça

Corrigir distorções no custo da água em Portugal

O nível de justiça do custo da água, em Portugal, no ano de 2020, sofreu um recuo face a 2019.

Uma iniciativa:

Em 2020 observou-se um agravamento da discriminação ao nível do local de residência das famílias, através de um aumento das disparidades do preço base da água.

A APFN defende que deve ser considerado o consumo “per capita” de cada casa (com todos os elementos que nela habitam, descendentes e ascendentes) e não o consumo total, para que efetivamente um copo de água custe o mesmo para todos.

No último ano 131 municípios pioraram o seu nível de justiça na dimensão familiar face a 2019. Destas autarquias, 103 contemplam na sua estrutura tarifária a tarifa familiar da água.

Para um aumento do nível de equidade em Portugal, é importante reduzir as disparidades acentuadas no preço base da água e implementar tarifários familiares que venham efetivamente corrigir as graves distorções no custo da água em Portugal.

A APFN chama ainda atenção para a volatilidade que existe no tratamento de alguns tarifários pelos municípios, que fazem registar diferenças anuais significativas, penalizando as famílias e retirando-lhes a capacidade de previsão dos gastos familiares.

Em 2020 surgiram 10 novos tarifários familiares subindo para 215 (70% do total nacional) o número de municípios com esta tarifa de abastecimento de água. Lisboa, Santarém e Viana do Castelo são os únicos distritos em que todos os seus municípios apresentam tarifários específicos para famílias numerosas.

A APFN chama, no entanto, a atenção para a ineficácia de muitos dos tarifários familiares. A sua construção e eficácia nem sempre responde aos objetivos da sua criação. O objetivo é que um copo de água custe o mesmo para todos, independentemente da dimensão da família e da sua localização geográfica.

Estas são algumas das conclusões da 6ª edição do Estudo da Água promovido pela Associação Portuguesa das Famílias Numerosas (APFN) para o ano de 2020, que pode ser consultado na íntegra [aqui](#) e o [Ranking da Água aqui](#). O Estudo da Água foi realizado com o apoio mecénático da Fundação Millennium bcp.

COVID-19

Apesar da deterioração do nível de equidade, a pandemia da COVID-19 fez com que muitas autarquias adotassem medidas excecionais com o objetivo de desagravar a situação social de muitas famílias.

Por serem medidas temporárias, a 6ª edição do Estudo Comparativo dos Tarifários de Abastecimento de Água de Portugal não as integrou na sua avaliação. Dentro destas medidas, ressalvam-se a suspensão temporária do pagamento para famílias em situação de carência económica; redução/isenção até 50% nas tarifas variáveis de água, saneamento e resíduos sólidos para todos os consumidores domésticos, bem como a isenção das tarifas fixas de água, águas residuais e resíduos sólidos durante um determinado período de tempo.

Metodologia

O estudo analisa os tarifários da água em vigor a 31 de dezembro de 2020 nos 308 municípios portugueses e tem por base os seguintes pressupostos:

1. O consumo diário *per capita* foi estabelecido em 120 litros de água/dia - 3,6 m³/mês*;
2. Foram consideradas as componentes: variável e fixa, do tarifário de abastecimento de água para consumo doméstico;
3. Foram apenas considerados os Tarifários familiares de aplicação universal
4. A análise baseou-se nos preços sem IVA incluído

*Esta média mensal corresponde aos padrões internacionais ([Code for Sustainable Homes](#)).

Estudo Comparativo dos Tarifários de Abastecimento de Água de Portugal

A água é um bem essencial à Vida e o acesso a ela, quando não é livre, deve ser enquadrado de forma justa. É neste contexto que a Associação Portuguesa de Famílias Numerosas (APFN) tem vindo a estudar o problema da falta de equidade nos tarifários de abastecimento de água em Portugal que, ainda hoje, obrigam a que a maioria das famílias portuguesas pague mais por cada litro de água à medida que vai tendo filhos.

O objetivo da APFN tem sido, por isso, sensibilizar a população portuguesa e os órgãos governativos – quer locais, quer nacionais – para a penalização a que as famílias, e principalmente as numerosas, têm vindo a ser sujeitas devido a estruturas tarifárias que não têm em conta a dimensão do agregado familiar.

Fundação Millennium bcp

A Fundação Millennium bcp assume-se como agente de criação de valor na sociedade, nas diversas áreas da sua intervenção, assumindo um claro compromisso de apoio ao desenvolvimento das comunidades em que se insere.

Nesse sentido, procura apoiar várias iniciativas que alinhem com os valores do Millennium bcp e simultaneamente satisfaçam algumas das principais necessidades identificadas nestas três áreas de atuação - Cultura, Conhecimento e Solidariedade Social – em Portugal e noutros países onde o Millennium bcp desenvolve a sua atividade.

Para mais informações contacte:

APFN - Associação Portuguesa de Famílias Numerosas

Rute Chenrim | Assessoria de Comunicação

217 552 603 | 911 815 176 - apfn@apfn.com.pt | comunicacao@apfn.com.pt

Uma iniciativa: